

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	23
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	24
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	25
Demonstração do Valor Adicionado	26

Relatório da Administração	28
----------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/02/2015	Dividendo	27/02/2015	Ordinária		0,00932
Reunião do Conselho de Administração	27/02/2015	Dividendo	27/02/2015	Ordinária		0,05339
Reunião do Conselho de Administração	27/02/2015	Juros sobre Capital Próprio	27/02/2015	Ordinária		0,00472
Reunião do Conselho de Administração	30/03/2015	Dividendo	30/03/2015	Ordinária		0,03065
Reunião do Conselho de Administração	30/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2015	Ordinária		0,00516
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2015	Dividendo	28/04/2015	Ordinária		0,02458
Reunião do Conselho de Administração	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2015	Ordinária		0,00519
Reunião do Conselho de Administração	27/05/2015	Dividendo	28/05/2015	Ordinária		0,00042
Reunião do Conselho de Administração	27/05/2015	Dividendo	28/05/2015	Ordinária		0,03505
Reunião do Conselho de Administração	27/05/2015	Juros sobre Capital Próprio	28/05/2015	Ordinária		0,00548
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2015	Dividendo	26/06/2015	Ordinária		0,04482
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2015	Dividendo	31/07/2015	Ordinária		0,03298
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		0,09826
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2015	Dividendo	30/10/2015	Ordinária		0,05991
Reunião do Conselho de Administração	30/11/2015	Dividendo	30/11/2015	Ordinária		0,04345
Reunião do Conselho de Administração	30/11/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/11/2015	Ordinária		0,01414
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2015	Dividendo	28/12/2015	Ordinária		0,03110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	1.948.579	1.711.402	1.659.569
1.01	Ativo Circulante	268.309	383.514	364.882
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	183.381	337.874	320.520
1.01.01.01	Caixa e Bancos	183.381	337.874	320.520
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.921	14.481	14.523
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.921	14.481	14.523
1.01.07	Despesas Antecipadas	88	34	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.919	31.125	29.814
1.01.08.03	Outros	62.919	31.125	29.814
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	4.863	1.752	16.303
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	55.235	28.800	12.741
1.01.08.03.03	Outros créditos	2.821	573	770
1.02	Ativo Não Circulante	1.680.270	1.327.888	1.294.687
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	372.725	97.159	90.549
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.447	853	3.151
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	371.139	96.252	87.384
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	108.066	96.252	87.384
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	263.073	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	139	54	14
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	139	54	14
1.02.02	Investimentos	1.256.923	1.177.041	1.161.822
1.02.02.01	Participações Societárias	1.256.923	1.177.041	1.161.822
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.256.923	1.177.041	1.161.822
1.02.03	Imobilizado	28.748	31.819	25.583
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.748	31.819	25.583
1.02.04	Intangível	21.874	21.869	16.733
1.02.04.01	Intangíveis	21.874	21.869	16.733

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	1.948.579	1.711.402	1.659.569
2.01	Passivo Circulante	242.082	37.759	30.678
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.014	17.594	11.722
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.014	17.594	11.722
2.01.02	Fornecedores	5.002	6.570	5.768
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.002	6.570	5.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.281	1.061	1.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.281	1.061	1.000
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	2.281	1.061	1.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	213.271	9.892	9.248
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	121.417	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	121.417	0	0
2.01.04.02	Debêntures	91.854	9.892	9.248
2.01.05	Outras Obrigações	1.514	1.337	2.940
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	608	135	126
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	417	80	124
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	174	0	2
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	17	55	0
2.01.05.02	Outros	906	1.202	2.814
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26	26
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	880	1.176	2.788
2.01.06	Provisões	0	1.305	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1.305	0
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de renda e Contribuição social	0	1.305	0
2.02	Passivo Não Circulante	866.462	868.466	825.411
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	859.728	867.801	825.316
2.02.01.02	Debêntures	859.728	867.801	825.316
2.02.02	Outras Obrigações	6.622	515	0
2.02.02.02	Outros	6.622	515	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	6.622	515	0
2.02.04	Provisões	112	150	95
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	112	150	95
2.03	Patrimônio Líquido	840.035	805.177	803.480
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	4.317	2.995	1.313
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.317	2.995	1.313
2.03.04	Reservas de Lucros	139.003	105.467	105.452
2.03.04.01	Reserva Legal	117.723	98.673	78.843
2.03.04.10	Reservas de dividendos	21.280	6.794	26.609

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	200.448	178.565	116.845
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-107.721	-127.834	-84.706
3.03	Resultado Bruto	92.727	50.731	32.139
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	379.326	413.779	471.307
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.391	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.440	-5.211	-4.772
3.04.05.01	Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.832	-45	0
3.04.05.02	Amortização de Ágio de Investimento	-5.272	-5.166	-4.772
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	412.157	418.990	476.079
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	369.454	389.463	432.323
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	42.703	29.527	43.756
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	472.053	464.510	503.446
3.06	Resultado Financeiro	-91.018	-60.295	-64.017
3.06.01	Receitas Financeiras	58.086	46.280	28.723
3.06.02	Despesas Financeiras	-149.104	-106.575	-92.740
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	381.035	404.215	439.429
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38	-7.622	3.175
3.08.01	Corrente	-632	-5.324	18
3.08.02	Diferido	594	-2.298	3.157
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	380.997	396.593	442.604
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	380.997	396.593	442.604
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,54685	0,56923	0,63527

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	380.997	396.593	442.604
4.03	Resultado Abrangente do Período	380.997	396.593	442.604

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.226	79.075	60.501
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.574	87.988	56.265
6.01.01.01	Lucro Líquido	380.997	396.593	442.604
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	11.649	9.906	8.171
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	5.272	5.166	4.772
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	143.634	102.689	88.357
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-412.157	-418.990	-476.079
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	35	275	14
6.01.01.07	Tributos diferidos	-594	2.298	-3.157
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuos ativos	-33.083	-10.518	-8.906
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	722	887	394
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	112	42	93
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	0	13	2
6.01.01.12	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-13	-4	0
6.01.01.13	Capitalização de juros	0	-369	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.348	-8.913	4.236
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-7.440	42	-1.808
6.01.02.02	Outros créditos e outras contas a receber	-2.248	197	-220
6.01.02.03	Fornecedores	-1.568	802	1.887
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-54	-9	-24
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	2.420	5.872	3.400
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.220	61	148
6.01.02.07	Outras contas a pagar	5.811	-1.097	1.814
6.01.02.08	Partes relacionadas	-25.962	-16.050	-947
6.01.02.09	Pagamento de depósitos judiciais	-72	-36	-14
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-1.305	1.305	0
6.01.02.11	Pagamento de contingências	-150	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	74.070	394.417	720.856
6.02.01	Dividendos recebidos	388.592	494.951	740.940

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-8.618	-21.184	-17.564
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	-241.804	1.650	34.480
6.02.04	Aumento de Capital - Ecopistas	-74.275	-81.000	-37.000
6.02.05	Aumento de Capital - Ecovia	-12.000	0	0
6.02.06	Redução de Capital - Ecocataratas	180.000	0	0
6.02.07	Aquisição participação - ECO101 e Ecoponte	-157.825	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-295.789	-456.138	-469.143
6.03.01	Juros pagos	-67.705	-59.560	-51.328
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	119.377	0	0
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-347.461	-396.578	-417.815
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-154.493	17.354	312.214
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	337.874	320.520	8.306
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	183.381	337.874	320.520

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.322	-6.794	-340.667	0	-346.139
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.322	0	0	0	1.322
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-316.476	0	-323.270
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.191	0	-24.191
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	380.997	0	380.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	380.997	0	380.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	40.330	-40.330	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	40.330	-40.330	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.682	-26.609	-369.969	0	-394.896
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.682	0	0	0	1.682
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-369.969	0	-396.578
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	396.593	0	396.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	396.593	0	396.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.624	-26.624	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.624	-26.624	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	880	-22.255	-393.864	0	-415.239
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	880	0	0	0	880
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-371.984	0	-394.239
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.880	0	-21.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.604	0	442.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.604	0	442.604
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.740	-48.740	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	22.131	-22.131	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	26.609	-26.609	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	225.925	201.116	131.628
7.01.02	Outras Receitas	225.925	201.116	131.628
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.846	-34.214	-21.257
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.620	-34.214	-21.257
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.226	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	205.079	166.902	110.371
7.04	Retenções	-16.921	-15.072	-12.943
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.649	-9.906	-8.171
7.04.02	Outras	-5.272	-5.166	-4.772
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	188.158	151.830	97.428
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	470.243	465.270	504.802
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	412.157	418.990	476.079
7.06.02	Receitas Financeiras	58.086	46.280	28.723
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	658.401	617.100	602.230
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	658.401	617.100	602.230
7.08.01	Pessoal	99.722	80.922	52.982
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.832	69.679	45.841
7.08.01.02	Benefícios	10.376	8.127	4.883
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.514	3.116	2.258
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.515	30.173	11.608
7.08.02.01	Federais	20.986	26.177	9.000
7.08.02.03	Municipais	4.529	3.996	2.608
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.167	109.412	95.036
7.08.03.01	Juros	71.600	61.023	52.492
7.08.03.02	Aluguéis	3.063	2.837	2.296
7.08.03.03	Outras	77.504	45.552	40.248
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	380.997	396.593	442.604
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.191	0	21.880
7.08.04.02	Dividendos	316.476	369.969	371.984

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	40.330	26.624	48.740

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	5.253.875	4.227.674	4.049.830
1.01	Ativo Circulante	905.372	725.124	921.800
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	664.295	505.233	708.896
1.01.01.01	Caixa e Bancos	664.295	505.233	708.896
1.01.03	Contas a Receber	131.390	111.170	104.852
1.01.03.01	Clientes	131.390	111.170	104.852
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.686	23.218	15.832
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.686	23.218	15.832
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.992	4.467	5.094
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	5.992	4.467	5.094
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.009	81.036	87.126
1.01.08.03	Outros	78.009	81.036	87.126
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	49.666	54.959	70.740
1.01.08.03.03	Outros créditos	10.743	13.314	14.512
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	17.600	12.763	1.874
1.02	Ativo Não Circulante	4.348.503	3.502.550	3.128.030
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	482.480	183.871	155.463
1.02.01.03	Contas a Receber	1.877	0	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.877	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	136.297	125.626	129.905
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.297	125.626	129.905
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	190	240	290
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	263.073	0	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	263.073	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	81.043	58.005	25.268
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	81.043	58.005	15.075
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	10.193
1.02.03	Imobilizado	156.920	146.579	137.071
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	156.920	146.579	137.071

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.04	Intangível	3.709.103	3.172.100	2.835.496
1.02.04.01	Intangíveis	3.709.103	3.172.100	2.835.496

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	5.253.875	4.227.674	4.049.830
2.01	Passivo Circulante	1.267.576	374.396	644.314
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.126	34.009	26.896
2.01.01.01	Obrigações Sociais	42.126	34.009	26.896
2.01.02	Fornecedores	54.224	59.682	57.509
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.224	59.682	57.509
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.900	20.159	20.807
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.900	20.159	20.807
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	25.900	20.159	20.615
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	0	192
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	989.982	114.083	412.047
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	484.814	34.034	242.144
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	484.814	34.034	242.144
2.01.04.02	Debêntures	505.168	80.049	169.903
2.01.05	Outras Obrigações	40.926	35.170	54.800
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.427	2.830	3.316
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	219	42	39
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.208	2.788	3.277
2.01.05.02	Outros	31.499	32.340	51.484
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26	26
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	20.986	18.993	18.888
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	10.487	13.321	32.570
2.01.06	Provisões	114.418	111.293	72.255
2.01.06.02	Outras Provisões	114.418	111.293	72.255
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	55.869	66.827	49.932
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	43.227	7.832	9.519
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	15.322	36.634	12.804
2.02	Passivo Não Circulante	3.090.285	3.045.407	2.598.725
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.708.271	2.736.388	2.310.625

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	367.539	222.970	201.065
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	367.539	222.970	201.065
2.02.01.02	Debêntures	2.340.732	2.513.418	2.109.560
2.02.02	Outras Obrigações	48.231	50.476	55.827
2.02.02.02	Outros	48.231	50.476	55.827
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	26.110	18.228	12.671
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	0	559
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	22.121	32.248	42.597
2.02.03	Tributos Diferidos	21.388	26.348	36.683
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.388	26.348	36.683
2.02.04	Provisões	312.395	232.195	195.590
2.02.04.02	Outras Provisões	312.395	232.195	195.590
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	81.180	78.319	65.206
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	179.574	151.439	128.116
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	51.641	2.437	2.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	896.014	807.871	806.791
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	4.317	2.995	1.313
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.317	2.995	1.313
2.03.04	Reservas de Lucros	139.003	105.467	105.452
2.03.04.01	Reserva Legal	117.723	98.673	78.843
2.03.04.10	Reserva de dividendos	21.280	6.794	26.609
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	55.979	2.694	3.311

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.153.113	2.214.482	2.067.554
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.067.554	-1.232.556	-1.063.086
3.03	Resultado Bruto	1.085.559	981.926	1.004.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-93.570	-80.889	-83.441
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-93.570	-80.889	-83.441
3.04.02.01	Outras Despesas/Receitas Líquidas	2.203	451	-352
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-95.773	-81.340	-83.089
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	991.989	901.037	921.027
3.06	Resultado Financeiro	-406.676	-279.044	-241.238
3.06.01	Receitas Financeiras	97.418	84.732	64.063
3.06.02	Despesas Financeiras	-504.094	-363.776	-305.301
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	585.313	621.993	679.789
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-197.400	-219.837	-230.716
3.08.01	Corrente	-198.236	-225.893	-212.274
3.08.02	Diferido	836	6.056	-18.442
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	387.913	402.156	449.073
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	387.913	402.156	449.073
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	380.997	396.593	442.604
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.916	5.563	6.469
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,54685	0,56923	0,63527

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	387.913	402.156	449.073
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	387.913	402.156	449.073
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	380.997	396.593	442.604
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.916	5.563	6.469

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.052.763	973.606	921.325
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.216.742	1.106.478	1.035.482
6.01.01.01	Lucro Líquido	387.913	402.156	449.073
6.01.01.02	Depreciação e amortização	272.786	248.666	193.689
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	455.876	324.200	265.502
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	7.387	6.393	7.644
6.01.01.06	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-6.512	-9.909	-6.606
6.01.01.07	Perda / baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	820	2.205	833
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo	-19.186	0	0
6.01.01.09	Tributos diferidos	-836	-6.056	18.442
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	88.292	103.696	74.907
6.01.01.11	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	21.745	15.352	17.057
6.01.01.12	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7.464	17.389	10.111
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	9.178	3.375	3.193
6.01.01.14	Capitalização de juros	-15	-378	-934
6.01.01.15	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-913	-135	1.376
6.01.01.16	Plano de opção com base em ações	1.322	1.682	880
6.01.01.17	Levantamento dos depósitos judiciais	1.307	536	1.414
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-9.886	-2.694	-1.099
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-163.979	-132.872	-114.157
6.01.02.01	Clientes	-2.939	-6.183	-12.369
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.049	-7.386	-2.249
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.918	677	-675
6.01.02.04	Outros créditos e outras contas a receber	1.147	1.198	1.494
6.01.02.05	Fornecedores	-17.240	2.173	12.350
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	1.337	7.113	5.485
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.655	-456	3.500
6.01.02.08	Pagamento de perdas tributários, trabalhistas e cíveis	-13.845	-7.651	-17.382
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-125	-13.692	-392

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.10	Partes relacionadas	155	-11.375	-2.897
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-22.580	23.830	-5.943
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-99.210	-80.348	-92.972
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-14.203	-40.772	-2.107
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-617.393	-602.785	-558.174
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-360.107	-596.605	-551.811
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	-243.887	0	0
6.02.04	Acionistas não controladores	-4.700	-6.180	-6.363
6.02.05	Aquisição de participação - Eco101 e Ecoponte	-157.825	0	0
6.02.06	Efeito caixa aquisição de participação - Eco101 e Ecoponte	149.126	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-276.308	-574.484	277.619
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	11.805	35.883	4.245
6.03.02	Obrigações com o poder concedente	-16.210	-16.637	-15.836
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	297.850	429.718	1.014.731
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-47.622	-400.139	-177.530
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-347.461	-396.578	-417.815
6.03.07	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	-751	-82
6.03.09	Juros pagos	-174.670	-225.980	-130.094
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	159.062	-203.663	640.770
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	505.233	708.896	68.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	664.295	505.233	708.896

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.322	-6.794	-340.667	0	-346.139	46.369	-299.770
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.322	0	0	0	1.322	17	1.339
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-316.476	0	-323.270	-4.717	-327.987
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.191	0	-24.191	0	-24.191
5.04.08	Efeito participação acionistas não controladores - aquisição participação Eco101	0	0	0	0	0	0	51.069	51.069
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	380.997	0	380.997	6.916	387.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	380.997	0	380.997	6.916	387.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	40.330	-40.330	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	40.330	-40.330	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.682	-26.609	-369.969	0	-394.896	-6.180	-401.076
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.682	0	0	0	1.682	16	1.698
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.609	-369.969	0	-396.578	-6.196	-402.774
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	396.593	0	396.593	5.563	402.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	396.593	0	396.593	5.563	402.156
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.624	-26.624	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.624	-26.624	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	880	-22.255	-393.864	0	-415.239	-6.363	-421.602
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	880	0	0	0	880	0	880
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-371.984	0	-394.239	-6.363	-400.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.880	0	-21.880	0	-21.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.604	0	442.604	6.469	449.073
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.604	0	442.604	6.469	449.073
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.740	-48.740	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	22.131	-22.131	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	26.609	-26.609	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	2.348.433	2.395.698	2.232.597
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.888.319	1.776.129	1.689.156
7.01.02	Outras Receitas	107.785	93.425	64.192
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	352.329	526.144	479.249
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-665.544	-868.132	-793.486
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-632.644	-829.142	-750.685
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.900	-38.990	-42.801
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.682.889	1.527.566	1.439.111
7.04	Retenções	-272.786	-248.666	-193.689
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-272.786	-248.666	-193.689
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.410.103	1.278.900	1.245.422
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.418	84.732	64.063
7.06.02	Receitas Financeiras	97.418	84.732	64.063
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.507.521	1.363.632	1.309.485
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.507.521	1.363.632	1.309.485
7.08.01	Pessoal	209.361	184.389	148.063
7.08.01.01	Remuneração Direta	165.076	150.574	120.468
7.08.01.02	Benefícios	33.586	27.673	21.899
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.699	6.142	5.696
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	392.720	400.843	395.687
7.08.02.01	Federais	289.829	305.456	306.592
7.08.02.03	Municipais	102.891	95.387	89.095
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	517.527	376.244	316.662
7.08.03.01	Juros	229.091	189.076	164.271
7.08.03.02	Aluguéis	13.433	12.468	11.361
7.08.03.03	Outras	275.003	174.700	141.030
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	387.913	402.156	449.073
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.191	0	21.880
7.08.04.02	Dividendos	316.476	369.969	371.984

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	40.330	26.624	48.740
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.916	5.563	6.469

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores Acionistas

A Administração da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecorodovias Concessões é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul e a partir de 23 de dezembro de 2015, através da transferência de controle acionária de sua controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., passou a controlar as concessionárias ECO101 e Ecoponte. Em 2015, registramos a passagem de 291,2 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 7 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração**RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO**

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2015	2014	Var.
Comercial			
Ecovias dos Imigrantes	29.138	29.269	-0,4%
Ecopistas	28.235	32.128	-12,1%
Ecovia Caminho do Mar	10.897	11.171	-2,5%
Ecocataratas	16.394	17.800	-7,9%
Ecosul Rodovias do Sul	20.217	20.924	-3,4%
ECO101 ¹	2.799	-	n.m
Ecoponte ¹	410	-	n.m
Total	108.090	111.292	-2,9%
Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	35.542	34.719	2,4%
Ecopistas	60.213	59.815	0,7%
Ecovia Caminho do Mar	4.674	4.943	-5,4%
Ecocataratas	9.736	10.777	-9,7%
Ecosul Rodovias do Sul	6.985	7.255	-3,7%
ECO101 ¹	1.608	-	n.m
Ecoponte ¹	2.198	-	n.m
Total	120.956	117.509	2,9%
Comercial + Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	64.680	63.988	1,1%
Ecopistas	88.448	91.943	-3,8%
Ecovia Caminho do Mar	15.571	16.114	-3,4%
Ecocataratas	26.130	28.577	-8,6%
Ecosul Rodovias do Sul	27.202	28.179	-3,5%
ECO101 ¹	4.407	-	n.m
Ecoponte ¹	2.608	-	n.m
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	229.046	228.801	0,1%
CONSOLIDADO PRÓ-FORMA COMPARÁVEL²	225.526	228.801	-1,4%

¹ Considera o tráfego da ECO101 e Ecoponte de dezembro/15

² Exclui (i) Tráfego da ECO101 e Ecoponte; e (ii) Impacto da isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou crescimento de 0,1% em 2015, Excluindo o tráfego da ECO101 e Ecoponte, houve redução de 3,0% e desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos a redução foi de 1,4%. Os principais motivos para essa variação estão apresentados abaixo:

Veículos Comerciais – redução 2,9% impactados pela não cobrança do eixo suspenso e arrefecimento da economia. Excluindo o tráfego da ECO101 e Ecoponte, houve redução de 5,8% e desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos a redução foi de

Relatório da Administração

2,6%. As concessionárias do estado do Paraná foram impactadas pela isenção da cobrança do eixo-suspensão de 18/04/2015 até 08/09/2015, a Ecopistas foi influenciada pela queda na produção industrial e pelo arrefecimento da economia, a Ecovias dos Imigrantes teve impacto de protestos de caminhoneiros em fevereiro e julho, e a Ecosul foi impactada pela isenção do eixo suspensão e positivamente pelo aumento das exportações no porto de Rio Grande.

Veículos de Passeio – cresceu 2,9% em 2015, quando comparado ao ano anterior. Excluindo o início da cobrança de pedágio da Ecoponte e ECO101, apresentaríamos redução de 0,3%. A Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas apresentaram crescimento devido às condições climáticas favoráveis. A redução na Ecocataratas foi devido à alta cotação do dólar que impactou o comércio da região da tríplice fronteira, na Ecovia Caminho do Mar está relacionada ao aumento nas chuvas nos finais de semana e a Ecosul foi impactada pela elevação do dólar que ocasionou uma queda no comércio nos *free-shops* da fronteira Brasil/Uruguai e pelas condições climáticas desfavoráveis.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 2.348,4 milhões em 2015, redução de 2,0% devido ao decréscimo na receita de construção, em função principalmente, da conclusão das obras referente ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes finalizado em outubro de 2014. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$195,3 milhões, 7,8% superior em comparação ao exercício anterior.

Receita de Pedágio - crescimento de 6,3%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio.

Receita de Construção – redução de 33,0%, principalmente, devido à conclusão das obras referente ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes finalizado em outubro de 2014.

Receita de Serviços – aumento de 14,8%, devido ao aumento do a readequação do contrato nos serviços prestados para as empresas do Grupo.

Receita Acessória – aumento de 14,9%, as receitas acessórias são provenientes principalmente do monitoramento de cargas especiais.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa n.º 26 da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2.153,1 milhões em 2015, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$ 1.800,8 milhões, aumento de 6,7% em relação a 2014.

Relatório da Administração

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 11,5% e totalizaram R\$ 1.163,3 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 449,9 milhões, aumento de 3,3%, mesmo com inflação de 10,7% e com os custos da ECO101 e Ecoponte em dezembro/15. Esse resultado é reflexo do programa de corte de custos que está sendo implementado na Companhia. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$ 209,4 milhões em 2015, aumento de 13,5%, devido ao reajuste do acordo coletivo de 7,0%, rescisões trabalhistas (não recorrentes) e transferências de funcionários da Holding para empresa de Serviços.

Conservação e Manutenção: R\$ 65,0 milhões em 2015, 6,3% inferior a 2014, resultante de economias com a manutenção do pavimento das rodovias;

Serviços de terceiros: R\$ 75,1 milhões em 2015, 12,0% inferior a 2014, devido à economia em consultorias e estudos para novos negócios;

(Poder Concedente), Seguros, e Locações: R\$ 55,0 milhões em 2015, 10,4% superior a 2014, devido aumento da receita de pedágio e reajuste das taxas de fiscalização;

Outros: R\$ 45,4 milhões em 2015, 2,2% inferior a 2014, reflexo de economias na gestão dos custos básicos da empresa;

Depreciação e Amortização: R\$ 272,8 milhões em 2015, 9,7% superior a 2014, devido à maior base de ativos durante o ano de 2015;

Provisão para Manutenção: R\$ 88,3 milhões em 2015, queda de 14,9%, devido a redução na previsão dos programas futuros para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$ 352,3 milhões em 2015, 33,0% inferior a 2014, devido à conclusão das obras referente ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes finalizado em outubro de 2014;

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativos, vide nota explicativa n.º 27 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2015 foi de R\$ 1.264,8 milhões (margem EBITDA de 58,7%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 1.353,1 milhões com margem EBITDA de 75,1%.

Relatório da Administração

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 406,7 milhões, crescimento de 45,8% devido, principalmente, à variação do IPCA (indexador das debêntures da Ecorodovias Concessões, Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas) e aumento da CDI (indexador das debêntures da Ecosul e Ecovia Caminho do Mar) quando comparado com 2014.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2015, a Ecorodovias Concessões e Serviços apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 381,0 milhões, decréscimo de 3,9% à 2014, devido principalmente, ao aumento da despesa financeira.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou dezembro de 2015 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 714,0 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$ 3.698,3 milhões e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 2.984,3 milhões.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 2,4x. Considerando o Endividamento financeiro líquido/EBITDA pró-forma o indicador foi de 2,2x.

Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas n.º 5/ 6/16/17/20 e 30 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2015, foi de R\$ 458,2 milhões. Com destaque para: (i) Ecovias dos Imigrantes: investimentos na implantação de 3ª faixa na rodovia Padre Manoel da Nobrega e conservações de pavimento; (ii) Ecopistas: investimentos na implantação da 6ª Faixa na Marginal da Rodovia Ayrton Senna, investimentos contratuais em desapropriações e obras relacionadas ao prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e conservações de pavimento; (iii) Ecovia e Ecocataratas: investimentos em duplicação, manutenção e recuperação de pavimento; (v) Ecosul: investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras; (vi) ECO101: investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação; (vii) Ecoponte: investimentos em conservação de pavimento;

Relatório da Administração

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 49,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

1. Informações gerais

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29 de fevereiro de 2016.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora--Continuação

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas, sendo todas as companhias domiciliadas no Brasil:

Controladas diretas	31/12/2015	31/12/2014	Atividade principal
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Controladas diretas	31/12/2015	31/12/2014	Atividade principal
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90,00%	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (*)	58,00%	-	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte (*)	100,00%	-	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha).

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

2.3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

i) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até outubro de 2025.

ii) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até junho de 2039.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Contratos de concessão--Continuação

iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até novembro de 2021.

iv) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021). A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

v) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora as seguintes rodovias e trechos:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está prevista para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Contratos de concessão--Continuação

vi) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

vii) Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha).

2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação

• Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para valorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções à regra de consolidação	Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.	A Administração do Grupo avaliou os impactos da alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma <i>joint venture</i> deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração do IFRS 11 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 16 e IAS 38 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e Associado ou <i>Joint Venture</i> (Negócio em Conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

i) *Alterações de pronunciamentos já existentes*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das Divulgações de <i>Offset</i> às Demonstrações Financeiras Condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que esses requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidos em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Essa alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 7 - Contratos de Serviços	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 5 - Reclassificação de Ativo não Circulante Mantido para Venda e Mantido para Distribuição aos Sócios/Acionistas	Esclarece-se, através da emissão de <i>guidance</i> , as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais ao critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 5 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - Taxa de Desconto	Em um mercado ativo composto por diferentes países, com moeda funcional comum, a determinação da taxa de desconto deve ser feita com base em títulos de baixo risco do país, não no nível da moeda funcional. Vigência a partir de 01/01/2016	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 19 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de Informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 34 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 16- Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

4. Principais usos de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.2.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 13,98% e 25,64% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	99	60	27.251	22.414
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	109.993	337.131	484.348	472.439
Aplicações compromissadas (b)	73.101	-	141.005	-
Aplicações automáticas - compromissadas (c)	188	683	11.691	10.380
	183.381	337.874	664.295	505.233

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Política contábil--Continuação

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira do Fundo de Títulos e Valores Mobiliários era composta por 26,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 13,1% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa média ponderada de 97,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre um e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e, por estarem vinculadas a operações compromissadas, não geram custos de IOF.

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimento (a)	47.764	53.165
Poupança (b)	1.902	1.794
	49.666	54.959
Circulante	49.666	54.959
Não circulante	-	-

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 98,9% do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES e de debêntures da controlada Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

7. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico	115.329	101.422
Cupons de pedágio	8.266	6.306
Locações/arrendamentos de área	1.578	1.425
Cargas especiais	80	320
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.725	1.673
Painéis publicitários	183	44
Outras contas a receber	4.612	1.276
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(383)	(1.296)
	<u>131.390</u>	<u>111.170</u>

(a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	131.039	111.099
Vencidos:		
Até 30 dias	-	38
De 31 a 60 dias	204	28
De 61 a 90 dias	76	5
Acima de 90 dias	71	-
Acima de 120 dias	383	1.296
	<u>131. 773</u>	<u>112.466</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	1.296	1.431
Constituição de PCLD no exercício	260	539
Valores recuperados no exercício	(1.173)	(674)
	<u>383</u>	<u>1.296</u>

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	19.703	13.266	22.635	19.127
ISS a recuperar	-	-	55	1.082
Outros	2.218	1.215	2.996	3.009
	21.921	14.481	25.686	23.218

9. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldo a receber de R\$4.863 (R\$1.752 em 31 de dezembro de 2014) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

	31/12/2015	31/12/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - juros sobre o capital próprio	1.775	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	95	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - juros sobre capital próprio	2.993	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	-	1.752
	4.863	1.752

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	Propostos	Recebidos	31/12/2015
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	-	236.035	(234.260)	1.775
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	-	58.866	(58.771)	95
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	-	42.463	(42.463)	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	54.340	(51.347)	2.993
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	1.752	-	(1.752)	-
	1.752	391.704	(388.593)	4.863

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

10. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldos iniciais	54	14	58.005	15.075
Reestruturação Eco101 e Ecoponte (*)	-	-	256	-
Adições	72	36	14.203	40.772
Baixas	-	-	(1.307)	(536)
Atualização monetária	13	4	9.886	2.694
Saldos finais	139	54	81.043	58.005

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

11. Investimentos - controladora

	Valores das investidas 31/12/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	389.566	245.823	100%	100%	389.566	379.696	245.823	250.877
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.430	63.593	100%	100%	46.430	29.567	63.593	67.795
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (*)	126.028	4.142	58,0%	-	73.097	-	2.565	-
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte (*)	89.997	23.165	100,0%	-	89.997	-	2.691	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	128.226	56.979	100%	100%	128.226	305.448	56.979	42.877
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	30.469	50.579	90%	90%	27.422	24.245	45.522	50.065
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	56.584	61.856	-	-
					1.256.923	1.177.041	412.157	418.990

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

11. Investimentos - controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	401.994	(273.386)	-	-	211	250.877	379.696
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	32.196	(70.582)	-	-	158	67.795	29.567
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	289.495	(1.752)	81.000	-	110	7.376	376.229
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	29.795	(55.762)	-	-	147	50.065	24.245
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	341.320	(78.918)	-	-	169	42.877	305.448
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	67.022	-	-	(5.166)	-	-	61.856
	1.161.822	(480.400)	81.000	(5.166)	795	418.990	1.177.041

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

11. Investimentos - controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Dividendos e JSCP propostos		Eco101 e Ecoponte (*)	Redução de capital	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2015
	31/12/2014	31/12/2015							
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	379.696	(236.035)	-	-	-	-	82	245.823	389.566
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	29.567	(58.866)	-	-	12.000	-	136	63.593	46.430
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	376.229	-	-	-	74.275	-	113	(5.016)	445.601
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (*)	-	-	70.525	-	-	-	7	2.565	73.097
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte (*)	-	-	87.300	-	-	-	6	2.691	89.997
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	24.245	(42.462)	-	-	-	-	118	45.521	27.422
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	305.448	(54.340)	-	(180.000)	-	-	139	56.979	128.226
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	61.856	-	-	-	-	(5.272)	-	-	56.584
	1.177.041	(391.703)	157.825	(180.000)	86.275	(5.272)	601	412.156	1.256.923

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

11. Investimentos - controladora--Continuação

a) Reestruturação societária

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. aprovou a transferência, por meio de alienação, da totalidade de suas 87.000.058 ações representativas de 58% do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., bem como a totalidade das 120.000.000 de ações representativas de 100% do capital social da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, para a Companhia, pelo valor de R\$70.525 e R\$87.300, respectivamente, valores contábeis das investidas em 30 de novembro de 2015, portanto sem geração de ágio. A partir dessa data, de acordo com o CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia passou a consolidar integralmente os efeitos dessas controladas.

Desde a reestruturação, as controladas Eco101 e Ecoponte contribuíram com R\$37.234 de receitas líquidas e R\$5.329 de lucros, na demonstração do resultado consolidada da Companhia. Caso a reestruturação tivesse ocorrida no início do exercício social a receita líquida consolidada da Companhia seria de R\$2.439.488 e o lucro seria de R\$398.111.

A seguir, a Companhia apresenta os ativos e passivos identificáveis das investidas na data da reestruturação (data-base 30 de novembro de 2015), que passaram a ser consolidados nas suas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

11. Investimentos - controladora--Continuação**a) Reestruturação societária--Continuação**

	Eco101	Ecoponte	30/11/2015
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	71.523	77.603	149.126
Clientes	9.468	6.900	16.368
Tributos a recuperar	1.573	370	1.943
Partes relacionadas	-	12	12
Despesas antecipadas	1.911	1.482	3.393
Outros créditos	209	244	453
Depósitos judiciais	256	-	256
Tributos diferidos	14.754	41	14.795
Imobilizado	31.272	1.012	32.284
Intangível	335.513	7.451	342.964
Total do ativo	466.479	95.115	561.594
Passivo			
Fornecedores	9.819	1.963	11.782
Impostos e contribuições a recolher	2.225	861	3.086
Empréstimos e financiamentos	316.348	-	316.348
Obrigações com poder concedente	453	236	689
Provisão para manutenção	59	-	59
Partes relacionadas	939	678	1.617
Encargos sociais a pagar	4.699	2.081	6.780
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	1.792	1.792
Outras contas a pagar	439	4	443
Provisão para manutenção	5.310	-	5.310
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	64	-	64
Outras contas a pagar	4.529	201	4.730
	344.884	7.816	352.700
Total do patrimônio líquido	121.595	87.299	208.894
Total da contraprestação	70.526	87.299	157.825
Não controladores	51.069	-	51.069

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

11. Investimentos - controladora--Continuação

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2015						Atribuível a:			
	Ativo			Passivo			Demonstração do resultado		Companhia	Não controladores
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do exercício	
Concess. Ecovias dos Imigrantes S.A.	278.159	1.457.653	122.635	1.223.611	389.566	935.773	557.076	358.642	245.823	245.823
Concess. das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	123.032	1.193.821	123.460	747.792	445.601	393.539	123.854	(8.780)	(5.016)	(5.016)
Concess. Ecovia Caminho do Mar S.A.	22.418	219.279	182.383	12.884	46.430	268.717	133.214	95.365	63.593	63.593
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	53.094	412.167	61.426	275.609	128.226	286.458	117.895	84.059	56.979	56.979
Empresa Concess. de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	30.992	210.120	196.511	14.132	30.469	211.369	118.016	76.553	50.579	45.521
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	82.697	388.526	336.617	8.578	126.028	272.062	63.897	6.351	4.142	2.402
Concess. da Ponte Rio Niterói S.A. Ecoponte	89.699	95.070	45.490	49.282	89.997	66.362	37.992	35.063	23.165	23.165

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

12. ImobilizadoPolítica contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por valorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

a) *Controladora*

	Taxas médias de depreciação -%	Saldos em			Custo			Depreciação			Residual		
		31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2015
Hardwares	19,5	11.724	15.042	(4.124)	3.370	(4)	(48)	15.042	(4.124)	(2.603)	9	(6.718)	7.600
Máquinas e equipamentos	12,0	916	1.003	(282)	87	-	-	1.003	(282)	(115)	-	(397)	634
Móveis e utensílios	10,4	867	1.028	(438)	161	-	-	1.028	(438)	(99)	-	(537)	429
Terrenos	-	2.074	2.074	-	-	-	-	2.074	-	-	-	-	2.074
Edificações	4,1	8.459	8.459	(838)	-	-	-	8.459	(838)	(343)	-	(1.181)	7.621
Veículos	20,4	103	103	(5)	-	-	-	103	(5)	(21)	-	(26)	98
Instalações	9,8	1.658	1.923	(277)	217	-	48	1.923	(277)	(178)	(9)	(464)	1.381
Imobilizado em andamento	-	-	5.471	-	5.471	-	-	5.471	-	-	-	-	-
Outros	5,0	5.911	6.647	(165)	930	(194)	-	6.647	(165)	(443)	-	(608)	5.746
		31.712	41.750	(6.129)	10.236	(198)	-	41.750	(6.129)	(3.802)	-	(9.931)	25.583

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

12. Imobilizado--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuaçãoa) Controladora--Continuação

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em				Custo				Depreciação				Residual	
		31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2015	31/12/2014	Adições	Transfer.	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	
Hardwares	17,9	15.042	108	(1)	642	15.791	(6.718)	(2.810)	-	(9.528)	6.263	8.324	6.263	8.324	
Máquinas e equipamentos	12,0	1.003	23	-	-	1.026	(397)	(122)	-	(519)	507	606	507	606	
Móveis e utensílios	10,0	1.028	45	-	-	1.073	(537)	(105)	-	(642)	431	491	431	491	
Terrenos	-	2.074	-	-	-	2.074	-	-	-	-	2.074	2.074	2.074	2.074	
Edificações	4,0	8.459	-	-	-	8.459	(1.181)	(339)	-	(1.520)	6.939	7.278	6.939	7.278	
Veículos	19,5	103	50	-	-	153	(26)	(25)	-	(51)	102	77	102	77	
Instalações	9,4	1.923	428	-	5.009	7.360	(464)	(669)	-	(1.133)	6.227	1.459	6.227	1.459	
Imobilizado em andamento	-	5.471	1.416	-	(4.142)	2.745	-	-	-	-	2.745	5.471	2.745	5.471	
Outros	10,0	6.647	24	-	(2.150)	4.521	(608)	(453)	-	(1.061)	3.460	6.039	3.460	6.039	
		41.750	2.094	(1)	(641)	43.202	(9.931)	(4.523)	-	(14.454)	28.748	31.819	28.748	31.819	

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em				Custo				Depreciação				Residual	
		31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2014	31/12/2013	Adições	Baixas	Transfer.	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Hardwares	10,6	183.748	18.993	(306)	205	202.640	(128.697)	(20.452)	83	(148.794)	53.846	55.051	53.846	55.051	
Máquinas e equipamentos	9,2	24.070	4.428	(26)	81	28.553	(14.371)	(2.418)	-	(16.767)	11.786	9.699	11.786	9.699	
Móveis e utensílios	8,2	11.256	1.955	(106)	-	13.105	(5.560)	(998)	(54)	(6.526)	6.579	5.696	6.579	5.696	
Terrenos	-	5.433	-	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433	5.433	5.433	5.433	
Edificações	4,7	33.518	-	-	-	33.518	(15.981)	(1.582)	2	(17.561)	15.957	17.537	15.957	17.537	
Veículos	15,7	10.388	4.237	(178)	441	14.888	(5.953)	(2.005)	55	(7.903)	6.985	4.435	6.985	4.435	
Instalações	9,5	16.254	7.872	(69)	46	24.103	(2.804)	(1.910)	(11)	(4.692)	19.411	13.450	19.411	13.450	
Outros	6,8	31.682	13.664	(955)	(11.838)	32.553	(5.912)	(1.747)	14	(5.971)	26.582	25.770	26.582	25.770	
		316.349	51.149	(1.640)	(11.065)	354.793	(179.278)	(31.112)	482	(208.214)	146.579	137.071	146.579	137.071	

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

b) Consolidado--Continuação

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2014					Custo					Depreciação					Residual				
		Adições	Baixas	Transf.	Reestr. (*)	Saldos em 31/12/2015	Baixas	Transf.	Reestr. (*)	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Reestr. (*)	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Reestr. (*)	Saldos em 31/12/2015	Residual
Hardwares	9,4	202.640	7.414	520	28.380	238.872	(148.794)	-	(9.278)	61.273	(19.535)	8	-	(9.278)	(177.599)	(19.535)	-	-	(9.278)	61.273	53.846
Máquinas e equipamentos	8,6	28.553	1.605	20	10.045	40.137	(16.767)	-	(365)	20.501	(2.505)	1	-	(365)	(19.636)	(2.505)	-	-	(365)	20.501	11.786
Móveis e utensílios	8,3	13.105	777	-	2.313	16.173	(6.526)	-	(416)	8.121	(1.121)	15	(4)	(416)	(8.052)	(1.121)	-	-	(416)	8.121	6.579
Terrenos	-	5.433	-	-	988	6.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.401	5.433
Edificações	4,5	33.518	400	3	-	33.921	(17.561)	-	-	14.749	(1.502)	-	(109)	-	(19.172)	(1.502)	-	-	-	14.749	15.957
Veículos	14,6	14.888	1.150	277	-	15.919	(7.903)	-	-	6.154	(2.242)	385	(5)	-	(9.765)	(2.242)	-	-	-	6.154	6.985
Instalações	11,4	24.103	4.967	593	-	29.653	(4.692)	-	-	22.703	(3.088)	-	830	-	(6.950)	(3.088)	-	-	-	22.703	19.411
Outros	6,7	32.553	1.933	(10.362)	676	24.591	(5.971)	-	(246)	17.018	(1.530)	-	174	-	(7.573)	(1.530)	-	-	(246)	17.018	26.582
		354.793	18.246	(8.949)	42.382	405.667	(208.214)	-	(10.305)	156.920	(31.523)	409	886	-	(248.747)	(31.523)	-	-	(10.305)	156.920	146.579

(*) Vide Nota Explicativa nº 11. a.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 16). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 17) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$15 (R\$378 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

13. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

13. Intangível--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuaçãoa) *Controladora*

	Taxas médias de amortização - %	Saldos em		Adições		Baixas		Saldos em		Amortização		Saldos em		Residual	
		31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Intangível em andamento	-	1.157	-	-	1.157	-	-	-	-	-	-	-	-	1.157	1.157
Softwares de terceiros	13,3	40.180	11.317	(77)	51.420	(24.604)	(6.104)	(30.708)	20.712	15.576	(30.708)	(30.708)	20.712	15.576	16.733
		41.337	11.317	(77)	52.577	(24.604)	(6.104)	(30.708)	21.869	16.733			21.869	16.733	

	Taxas médias de amortização - %	Saldos em		Transf.	Adições		Baixas		Saldos em		Amortização		Saldos em		Residual
		31/12/2014	31/12/2015		31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015			
Intangível em andamento	-	1.157	-	-	1.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.157
Softwares de terceiros	12,9	51.420	6.524	641	58.551	(30.708)	(34)	(30.708)	20.717	(37.834)	(7.126)	(37.834)	20.717	20.712	21.869
		52.577	6.524	641	59.708	(30.708)	(34)	(30.708)	21.874	(37.834)	(7.126)	(37.834)	21.874	21.869	

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

13. Intangível--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuaçãob) *Consolidado*

	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2013			Custo			Saldos em 31/12/2014			Amortização			Residual		
		Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Contratos de concessão	(a)	4.098.984	531.787	(1.111)	11.065	4.640.725	(1.282.500)	(210.160)	169	(1.694)	(1.494.185)	3.146.540	2.816.484			
Softwares de terceiros	12,8	51.261	13.526	(110)	-	64.677	(32.258)	(7.394)	5	-	(39.647)	25.030	19.003			
Outros	-	14	521	-	-	535	(5)	-	-	-	(5)	530	9			
		4.150.259	545.834	(1.221)	11.065	4.705.937	(1.314.763)	(217.554)	174	(1.694)	(1.533.837)	3.172.100	2.835.496			

	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2014			Custo			Saldos em 31/12/2015			Amortização			Residual		
		Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Contratos de concessão	(a)	4.640.725	417.744	(190)	12.972	5.424.735	(1.494.185)	(232.669)	1	(886)	(1.744.497)	3.680.238	3.146.540			
Softwares de terceiros	12,4	64.677	8.481	(34)	466	75.480	(39.647)	(8.594)	-	(555)	(48.796)	26.684	25.030			
Outros	-	535	1.231	(201)	(4.489)	2.186	(5)	-	-	-	(5)	2.181	530			
		4.705.937	427.456	(425)	8.949	5.502.401	(1.533.837)	(241.263)	1	(886)	(1.793.298)	3.709.103	3.172.100			

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2015 foram de 4,79% (4,80% em 31 de dezembro de 2014).

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial				Resultado	
	31/12/2014	Reest .(*)	Adições	Baixas	31/12/2015	31/12/2015
Provisão para contingências	10.300	22	1.348	(1.282)	10.388	66
Provisão FAP	190	-	13	(203)	-	(190)
Provisão para férias e encargos de diretores	97	205	1.507	(120)	1.689	1.387
Prejuízo fiscal base 2013	959	12.743	10.939	(11.174)	13.467	(235)
Provisão para devedores duvidosos	369	-	67	(375)	61	(308)
Provisão para manutenção	77.667	1.825	11.365	(6.831)	84.026	4.534
AVP ônus Concessão	3.198	-	551	(281)	3.468	270
Juros capitalizados	(1.862)	-	-	533	(1.329)	533
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(59.473)	-	-	4.361	(55.112)	4.361
Realização do ágio na incorporação	67.833	-	-	(9.582)	58.251	(9.582)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	99.278	14.795	25.790	(24.954)	114.909	
Receita (despesa) de IR e CS diferido						836

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

Em atendimento ao CPC 32, registramos R\$136.297 no ativo não circulante e R\$21.388 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado-- Continuação

a) Tributos diferidos--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	21.250
2016	29.063	21.250
2017	30.747	20.519
2018	22.253	20.519
2019	22.253	20.519
Após 2019	10.593	(4.779)
	<u>114.909</u>	<u>99.278</u>

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*;
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

**14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado--
Continuação****b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	381.035	404.215	585.313	621.993
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(129.552)	(137.433)	(199.006)	(211.478)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	8.225	-	8.225	-
Equivalência patrimonial	125.614	132.417	-	-
Despesas indedutíveis	(17)	(78)	(328)	(212)
Amortização de ágio	(1.793)	(1.756)	(6.767)	(6.730)
Incentivos fiscais (PAT)	12	73	2.460	935
Outros	(2.527)	(845)	(1.984)	(2.352)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(38)	(7.622)	(197.400)	(219.837)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(632)	(5.324)	(198.236)	(225.893)
Impostos diferidos	594	(2.298)	836	6.056

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial provisão IR/CS	1.305	-	36.634	12.804
Reestruturação Eco101 e Ecofonte (*)	-	-	1.268	-
Despesa IR/CS DRE	632	5.324	198.236	225.893
Total de IR/CS pagos no exercício	(1.937)	(4.019)	(220.816)	(202.063)
Saldo final provisão IR/CS	-	1.305	15.322	36.634

(*) Vide Nota Explicativa nº11.a.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos sobre faturamento:				
ISS	249	215	10.098	8.462
COFINS	1.535	405	8.135	5.554
PIS	314	88	1.727	1.204
ISS na fonte	11	28	1.370	2.112
INSS na fonte	41	41	1.370	1.139
IRRF s/ prest. serviços	31	91	603	520
Outros impostos	100	193	2.597	1.168
	2.281	1.061	25.900	20.159

16. Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora			Consolidado		
			31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Em moeda nacional:								
Nota promissória (g)	Novembro de 2016	CDI + 2,50% a.a.	121.417	121.417	-	-	-	-
Nota promissória (i)	Maio de 2017	CDI + 2,65% a.a.	-	181.569	-	-	-	-
		UMBNDDES+4,05%a.a	-	-	-	-	-	-
Finem (h)	Maio de 2016	.	-	113.633	-	-	-	-
Finem (h)	Abril de 2016	TJLP + 4,05% a.a.	-	141.458	-	-	-	-
Finem (h)	Abril de 2016	TJLP + 5,05% a.a.	-	60.649	-	-	-	-
Finame (b)	Maio de 2017	TJLP + 3,21% a.a.	-	281	-	436	-	-
Finame (b)	Abril de 2017	TJLP + 2,7% a.a.	-	248	-	434	-	-
Finame (c)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	-	299	-	343	-	-
Finame (f)	Novembro de 2020	6,0% a.a.	-	249	-	278	-	-
Finame (d)	Abril de 2020	6% a.a.	-	896	-	1.094	-	-
Finame (d)	Julho de 2018	3% a.a.	-	137	-	192	-	-
Finem (e)	Julho de 2018	TJLP + 2,10% a.a.	-	16.871	-	23.281	-	-
Finem (a)	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	-	41.432	-	34.376	-	-
Finem (a)	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	-	173.214	-	196.570	-	-
			121.417	852.353	-	257.004	-	-
Circulante			121.417	484.814	-	34.034	-	-
Não circulante			-	367.539	-	222.970	-	-

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	38.429
2017	218.402	38.162
2018	36.025	35.350
2019	32.359	31.699
2020	32.251	31.591
Posteriores a 2020	48.502	47.739
	367.539	222.970

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	-	257.004	443.209
Incorporação Eco101 e Ecofonte	-	316.348	-
Adições	119.377	297.850	139.179
Encargo financeiro	2.040	34.576	39.855
Pagamento de juros	-	(21.831)	(40.310)
Pagamento do principal	-	(31.594)	(324.929)
Saldo final	121.417	852.353	257.004

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(f)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Ecorodovias	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(h)	Eco101	BNDES	A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval da Ecorodovias Infraestrutura e Logística
(i)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

(a) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,32
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,90

Índices financeiros Eco101	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	20,47%
(ii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,00	3,15

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

17. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Principal corrigido	949.333	880.404	2.776.292	2.579.811
Remuneração (juros)	14.852	12.997	110.821	62.687
Custos com emissão de debêntures (*)	(12.603)	(15.708)	(41.213)	(49.031)
	951.582	877.693	2.845.900	2.593.467
Circulante	91.854	9.892	505.168	80.049
Não circulante	859.728	867.801	2.340.732	2.513.418

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	877.693	834.564	2.593.467	2.279.463
Adições	-	-	-	290.539
Encargos financeiros	141.594	102.689	421.300	284.345
Pagamento juros	(67.705)	(59.560)	(152.839)	(185.670)
Pagamento de principal	-	-	(16.028)	(75.210)
Saldo final	951.582	877.693	2.845.900	2.593.467

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas	Ecovia	Ecosul
		1ª Emissão	2ª Emissão			
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries) R\$10.00	45.000 (em três séries) R\$10.00	881 (em duas séries) R\$1.000,00	370 (em quatro séries) R\$1.000,00	14.300 (série única) R\$10.000	14.800 (série única) R\$10.000
Valor nominal unitário na data de emissão	23/10/2012	21/12/2006	07/05/2013	15/01/2011	04/11/2014	04/11/2014
Valor da emissão	R\$ 800.000 1ª série - R\$ 240.000 2ª série - R\$ 160.000 3ª série - R\$ 400.000	R\$450.000 1ª série - R\$ 135.000 2ª série - R\$ 157.500 3ª série - R\$ 157.500	R\$ 881.00 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000	R\$370.000 1ª série - R\$92.500 2ª série - R\$92.500 3ª série - R\$92.500 4ª série - R\$92.500	R\$143.000	R\$148.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2015	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$12,80 3ª série - R\$12,81	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - R\$1.250 2ª série - R\$1.255	1ª série - R\$1.390 2ª série - R\$1.294 3ª série - R\$1.269 4ª série - R\$1.244	N/A	N/A
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª séries - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	Atualização monetária anual pela variação do CDI 105,7% do CDI	Atualização monetária anual pela variação do CDI 105,7% do CDI
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI + 0,79% a.a. 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	Atualização monetária anual pela variação do CDI 105,7% do CDI	Atualização monetária anual pela variação do CDI 105,7% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/05/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	04/03/2016	04/03/2016

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas	Ecovia	Ecosul
		1ª Emissão	2ª Emissão			
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	04/03/2016	04/03/2016
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	N/A	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).	N/A	N/A
				b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).		

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes			Ecopistas	Ecovia	Ecosul
		1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão			
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	N/A	Itaú Unibanco S.A.	N/A	N/A	N/A
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	N/A	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza
Ciáusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors	"brAAA" da Standard & Poors.	"brAAA" da Standard & Poors.	"Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR)" da Moody's.	Não há classificação de riscos	Não há classificação de riscos	Não há classificação de riscos
Índices financeiros	Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	(i) Menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras.	(i) Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, a 1ª emissão de debêntures da controlada direta Ecovias já havia sido integralmente quitada.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Ecorodovias Concessões e Serviços (Companhia)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	2,37
(ii) EBTIDA/Despesa financeira líquida	>2,0	3,10
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,38
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,28
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,83%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,32
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,90

(*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	-	-	-	79.992	(2.990)	77.002
2017	79.992	(2.888)	77.104	79.992	(2.888)	77.104
2018	181.349	(2.516)	178.833	171.502	(2.516)	168.986
2019	101.334	(1.549)	99.785	91.486	(1.549)	89.937
2020	168.875	(1.336)	167.539	152.464	(1.336)	151.128
2021	168.875	(958)	167.917	155.784	(1.336)	154.448
2022 em diante	168.915	(365)	168.550	150.520	(1.324)	149.196
	869.340	(9.612)	859.728	881.740	(13.939)	867.801
	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	-	-	-	395.210	(7.323)	387.887
2017	117.131	(7.522)	109.609	113.523	(7.522)	106.001
2018	231.287	(7.293)	223.994	216.587	(7.293)	209.294
2019	288.804	(5.570)	283.234	260.739	(5.570)	255.169
2020	373.921	(4.875)	369.046	337.583	(4.875)	332.708
2021	276.956	(4.415)	272.541	367.868	(4.572)	363.296
2022 em diante	1.086.507	(4.199)	1.082.308	867.094	(8.031)	859.063
	2.374.606	(33.874)	2.340.732	2.558.604	(45.186)	2.513.418

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25%a.a.
Ecopistas	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54%a.a.
	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Ecovia	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
	Debêntures - 1ª série	04/11/14	143.000	(233)	142.767	105,7% do CDI	CDI + 4,59%a.a.
Ecosul	Debêntures - 1ª série	17/11/14	148.000	(228)	147.772	105,7% do CDI	CDI + 4,17%a.a.
			<u>2.792.000</u>	<u>(73.269)</u>	<u>2.718.731</u>		

18. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada	3.423	1.636
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (b)	Controlada	5.256	544
Ecopátio Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	145
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	972	-
Anish Empreendimentos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	65
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	4.374	4.195
Concessionária Ponte Rio-Niteroi S.A. (b)	Controlada	1.354	-
Concessionária Ponte Rio-Niteroi S.A. (f)	Controlada	1	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada	6.451	6.063
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	4.099	1.960
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Controlada	15.025	5.648
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (i)	Controlada	-	11
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	308	323
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	9
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	1.783	1.118
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	10.268	5.270
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (f)	Controlada	-	25
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	-	25
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (f)	Controlada	1	13
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (f)	Controlada	56	-
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.649	1.585
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Controlada	-	132
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	5	4
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada	-	7
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	5	22
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada	181	-
		55.235	28.800
Não circulante			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	263.073	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	108.066	96.252
		371.139	96.252
Total do ativo		426.374	125.052
Passivo			
Circulante			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Controlada	38	53
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada	-	7
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	7	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	6	30
Termares Terminais Marítimos Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	2
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	4	23
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	174	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (j)	Controlada	22	20
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada	357	-
		608	135
Total do passivo		608	135

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

	Natureza	Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada	21.885	20.924
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (g)	Controlada	239	225
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	Controlada	14.838	6.957
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	5.354	6.146
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	9.073	9.994
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada	84.282	79.205
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	26.209	25.058
Concess. Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Controlada	38.422	36.108
Ecopátio Cubatão Ltda; (b)	Outras partes relacionadas	151	273
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.036	-
Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. Ecoponte (b)	Controlada	5.050	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	4.660	4.970
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.995	1.813
Anish Empreend. Imob. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	70
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	11.581	9.105
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada	181	-
		224.956	200.848
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	13.898	10.517
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	19.185	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	Controlada	-	1
		33.083	10.518
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (j)	Controlada	241	231
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (g)	Controlada	239	225
Rodovia das Cataratas - Ecocataratas (m)	Controlada	357	-
		837	456

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

	Natureza	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	145
Anish Empreendimentos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	65
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	308	323
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	4.374	4.195
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	5	6
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (f)	Controlada	-	42
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	972	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	-	1.117
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.649	1.585
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	-	11
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	4
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	10.268	5.270
		17.600	12.763
Intangível			
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	6.159	6.926
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	45.536	42.900
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	10.420	45.614
Consórcio Carvalho Pinto (l)	Outras partes relacionadas	38.444	-
Consórcio Serra do Mar S.A. (c)	Outras partes relacionadas	42.134	199.469
		142.693	294.909
Contrato de Mútuo			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	263.073	-
		263.073	-
Total do ativo		423.366	307.672

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

	Natureza	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante - contas a pagar			
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	4	2
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	7	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	2
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	6	30
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	45	42
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	325	118
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	174	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (h)	Outras partes relacionadas	5	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	1.406	169
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	2.803	1.468
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	3.242	999
Unimar Transportes Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	404	-
Vix Logística S.A. (o)	Outras partes relacionadas	446	-
Araribóia Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	483	-
Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. (q)	Outras partes relacionadas	77	-
		9.427	2.830
Total do passivo		9.427	2.830
Resultado			
Receita			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	151	273
Termares Terminais Marítimo Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	4.660	4.970
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.995	1.813
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	11.581	9.105
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Outras partes relacionadas	9.073	9.994
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	5.354	6.146
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.036	-
Anish Empreendimentos Imobiliários (b)	Outras partes relacionadas	-	70
		33.850	32.371
Despesa			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	528	530
Consórcio Serra do Mar S.A. (c)	Outras partes relacionadas	117	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	59	54
		704	584
Juros de mútuo			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	19.185	-

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O valor de R\$108.066 (R\$96.252 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$224.536, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de dezembro de 2015 é de R\$40.618 (R\$28.552 em 31 de dezembro de 2014).
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$401.674, incluindo aditivo contratual. O contrato encerra-se em 31 de janeiro de 2016 e há um saldo a realizar de R\$19.546. Em 31 de dezembro de 2015, há um saldo em aberto de R\$2.803 com vencimento em até 45 dias.
- (d) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção na rodovia da controlada Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505. O prazo para execução destes serviços é setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, há um saldo de serviços a realizar de R\$2.348. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.406 (sobre serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Eco101 Concessionária de Rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$24.127. O prazo para execução desses serviços é dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 há um saldo de serviços a realizar de R\$138.865. Os saldos em aberto a pagar R\$3.567 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (f) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (g) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (h) Refere-se ao aluguel de imóvel, no qual está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (i) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2014.
- (j) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$22.
- (k) O valor de R\$263.073 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (l) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contrados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$47.252. O prazo para execução dos serviços é até dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, já haviam sido incorridos R\$43.553 e não existem saldos em aberto a pagar.
- (m) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de dezembro de 2015, esse valor atualizado é de R\$48.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (n) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015, já haviam incorridos R\$10.540. Em 31 de dezembro de 2015, há um saldo em aberto a pagar de R\$404 com vencimento em até 45 dias.
- (o) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015, já haviam incorridos R\$11.463, e há um saldo a pagar de R\$446 com vencimento em até 45 dias.
- (p) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR -101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços é 30 de junho de 2016. O valor total do contrato é de R\$27.445, sendo que até 31 de dezembro de 2016 já foram incorridos R\$12.435. Os saldos em aberto a pagar de R\$483 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (q) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016, sendo que já foram incorridos R\$1.545 até 31 de dezembro de 2015. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$77 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

No período findo em 31 de dezembro de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2015 em R\$24.306, contemplando custos adicionais no valor de até R\$22.738 referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	6.580
Plano de opção com base em ações	285
Plano de incentivo retenção diretoria	4.206
Previdência privada	113
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	364
	<u>11.548</u>

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e outras obrigações a pagar	10.512	8.534	20.638	16.424
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	1.333	1.182	3.279	2.539
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	419	415	1.030	834
IRRF a recolher	891	859	1.516	1.364
Contribuição sindical a recolher	-	1	4	3
Provisão de férias	5.077	4.886	11.476	9.452
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	1.782	1.717	4.183	3.393
	<u>20.014</u>	<u>17.594</u>	<u>42.126</u>	<u>34.009</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado**i) Outorgas fixas e variáveis**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	39.378	48.363
Variável - Ecosul (e)	139	139
Variável - Ecovias (b)	1.384	1.308
Variável - Ecopistas (b)	360	359
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	454	-
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	236	-
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (d)	238	223
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (g)	639	588
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	279	261
	43.107	51.241
Circulante	20.986	18.993
Não circulante	22.121	32.248

- (a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2015, restam 28 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 88,33% do total (83,33% em 31 de dezembro de 2014).
- (b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado mensal é de R\$238 (R\$223 em 31 de dezembro de 2014).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2015, a parcela reajustada é de R\$279 (R\$261 em 31 de dezembro de 2014).
- (g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- (h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado é de R\$236.
- (i) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá em um montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	-	14.717
2017	16.578	13.440
2018	5.543	4.091
	22.121	32.248

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado--Continuação

i) Outorgas fixas e variáveis--Continuação

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	51.241	61.485
Custo (vide Nota Explicativa nº 27)	29.848	25.793
Variação monetária sobre credor pela concessão	7.387	6.393
Pagamento do principal	<u>(45.369)</u>	<u>(42.430)</u>
Saldo final	<u>43.107</u>	<u>51.241</u>

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado--Continuaçãoii) Outros compromissos relativos a concessões--Continuação*Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas*

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Natureza dos custos	31/12/2015					Total
	Ecovia previsão de 2016 a 2021	Ecosul previsão de 2016 a 2026	Ecovias previsão de 2016 a 2018	Ecocataratas previsão de 2016 a 2021	Ecopistas previsão de 2016 a 2039	
Melhorias na infraestrutura	81.161	281.710	171.856	22.937	104.208	661.872
Conservação especial (manutenção)	51.492	68.158	263.660	284.061	418.976	1.086.347
Equipamentos	11.062	16.053	44.418	60.915	207.565	340.013
Total	143.715	365.921	479.934	367.913	730.749	2.088.232

Natureza dos custos	31/12/2014					Total
	Ecovia previsão de 2015 a 2021	Ecosul previsão de 2015 a 2026	Ecovias previsão de 2015 a 2018	Ecocataratas previsão de 2015 a 2021	Ecopistas previsão de 2015 a 2039	
Melhorias na infraestrutura	124.320	268.508	207.664	49.452	214.667	864.611
Conservação especial (manutenção)	54.441	65.486	282.187	291.568	403.270	1.096.952
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	318.344
Total	189.188	347.037	535.767	398.713	809.202	2.279.907

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

21. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

As concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas, foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2015 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o de grau tarifário previsto para o dezembro de 2015 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

21. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas--Continuação

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

As concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2015 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o de grau tarifário previsto para dezembro de 2015.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

21. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas--ContinuaçãoInformações adicionais sobre o contrato de concessão--Continuação

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

22. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 10,54% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para manutenção	619.458	124.258	-	-	743.716
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(20.562)	-	-	(150.553)
Realização da manutenção	(385.722)	-	(78.661)	-	(464.383)
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	15.183	89.486
	178.048	103.696	(78.661)	15.183	218.266
Circulante	49.932				66.827
Não circulante	128.116				151.439

	31/12/2014	Reest. (*)	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para manutenção	743.716	8.667	117.441	-	-	869.824
Efeito do valor presente sobre a constituição	(150.553)	(3.513)	(29.149)	-	-	(183.215)
Realização da manutenção	(464.383)	-	-	(98.060)	-	(562.443)
Ajuste a valor presente - realizações	89.486	215	-	-	21.576	111.277
	218.266	5.369	88.292	(98.060)	21.576	235.443
Circulante	66.827					55.869
Não circulante	151.439					179.574

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado--Continuação

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.890)	(1.687)	-	(9.577)
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	169	8.778
	11.787	(1.687)	169	10.269
Circulante	9.519	-	-	7.832
Não circulante	2.268	-	-	2.437

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	96.896	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	(11.316)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(9.577)	-	(1.150)	-	(10.727)
Ajuste a valor presente - realizações	8.778	-	-	169	8.947
	10.269	85.580	(1.150)	169	94.868
Circulante	7.832	-	-	-	43.227
Não circulante	2.437	-	-	-	51.641

24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidadoPolítica contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora			Total
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	95	-	95
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	42	-	42
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	13	-	13
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	150	-	150

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

**24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado--
Continuação**Política contábil--Continuação

	Controladora			Total
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	150	-	150
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	112	-	112
(-) Pagamentos	-	(150)	-	(150)
(+) Atualização monetária	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	112	-	112

	Consolidado			Total
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	51.348	10.567	3.291	65.206
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	14.048	1.715	1.626	17.389
(-) Pagamentos	(4.371)	(2.955)	(325)	(7.651)
(+) Atualização monetária	1.627	1.684	64	3.375
Saldos em 31 de dezembro de 2014	62.652	11.011	4.656	78.319

	Consolidado			Total
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	62.652	11.011	4.656	78.319
Reestruturação Eco101 e Ecoponte (*)	64	-	-	64
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	4.592	2.021	851	7.464
(-) Pagamentos	(6.744)	(6.427)	(674)	(13.845)
(+) Atualização monetária	7.937	731	510	9.178
(+/-) Reclassificação	(493)	493	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	68.008	7.829	5.343	81.180

(*) Vide Nota Explicativa nº 11.a.

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- As principais causas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são da controlada direta Ecovias, que possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Ecovias, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Ecovias foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2015 este valor atualizado é de R\$45.258, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão"). A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Ecovias, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$45.258.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$48.688 (R\$30.802 em 31 de dezembro de 2014), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado-- Continuação

Política contábil--Continuação

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2015, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$19.263 (R\$22.705 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada direta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$8.542 (R\$6.730 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2015, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$35.122 (R\$32.637 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

25. Patrimônio líquido--Continuação

b) Capital autorizado--Continuação

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 o total de reserva legal é de R\$117.723 (R\$98.457 em 31 de dezembro de 2014).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2015 no valor de R\$347.461 refere-se a: R\$6.794 saldo de dividendos remanescentes de 2014, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015; R\$316.476 dividendos intermediários do exercício de 2015; R\$24.191 juros sobre capital próprio do exercício de 2015, ambos aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2016, calculados conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	380.997	396.593
Constituição de reserva legal - 5%	(19.050)	(19.830)
Base de cálculo dos dividendos	361.947	376.763
Dividendos intermediários pagos	(316.476)	(369.969)
Juros s/capital próprio pagos	(24.191)	-
Saldo de dividendos	21.280	6.794
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	(21.280)	(6.794)

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

25. Patrimônio líquido--Continuação

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	2.694	3.311
Efeito participação acionistas não controladores na Reestruturação da Eco101	51.069	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(4.717)	(6.196)
Reserva de capital - plano de opções	17	16
Participação nos lucros do exercício	6.916	5.563
Saldo final	<u>55.979</u>	<u>2.694</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia, e este é originado da controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

25. Patrimônio líquido--Continuaçãof) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O Conselho de Administração disponibilizou 1.075.788 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	28.516	57.041	181.967	808.264
Preço do período - R\$ por ação	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2015, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$1.322 (R\$1.682 em 31 de dezembro de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários. As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-
Outorgadas	28.516	-	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	57.041	-	-	57.041
Em 31 de dezembro de 2012	28.516	57.041	-	-	85.557
Outorgadas	-	-	181.967	-	181.967
Em 31 de dezembro de 2013	28.516	57.041	181.967	-	267.524
Outorgadas	-	-	-	808.264	808.264
Em 31 de dezembro de 2014	28.516	57.041	181.967	808.264	1.075.788
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	28.516	57.041	181.967	808.264	1.075.788

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	17,72	312.381	2,67	835	11 meses
2017	17,73	305.766	3,16	966	23 meses
2018	14,04	220.250	2,10	463	35 meses
		838.397	2,64	2.264	

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

26. Receita líquida

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio,
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

26. Receita líquida--ContinuaçãoImposto sobre prestação de serviços--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	781.357	735.556
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	943.249	889.193
Vale-pedágio	-	-	162.937	150.621
Outras	-	-	776	759
	-	-	1.888.319	1.776.129
Receita de construção	-	-	352.329	526.144
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	225.925	201.116	107.785	93.425
Receita bruta	225.925	201.116	2.348.433	2.395.698
Deduções de receita bruta (d)	(25.477)	(22.551)	(195.320)	(181.216)
Receita líquida	200.448	178.565	2.153.113	2.214.482

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	1.888.319	1.776.129
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	225.925	201.116	107.785	93.425
	225.925	201.116	1.996.104	1.869.554
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(17.211)	(15.245)	(75.964)	(70.366)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(3.737)	(3.310)	(16.466)	(15.253)
ISS (2% a 5%)	(4.529)	(3.996)	(102.890)	(95.387)
Devoluções e abatimentos	-	-	-	(210)
	(25.477)	(22.551)	(195.320)	(181.216)

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

27. Custos e despesas operacionais - por natureza

Controladora	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	99.722	80.922
Conservação e manutenção	6.058	4.957
Serviços de terceiros	10.320	18.758
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	3.063	2.837
Depreciações e amortizações	11.649	9.906
Outros custos operacionais	6.300	10.454
	137.112	127.834
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	107.721	127.834
Despesas operacionais gerais e administrativas	29.391	-
	137.112	127.834
Consolidado	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	209.361	184.389
Conservação e manutenção	65.044	69.413
Serviços de terceiros (*)	75.150	85.363
Seguro (vide Nota Explicativa nº 32)	11.746	11.574
Provisão para manutenção	88.292	103.696
Custos de construção	352.329	526.144
Poder concedente	29.848	25.793
Depreciações e amortizações	272.786	248.666
Locações de imóveis e máquinas	13.433	12.468
Outros custos e despesas operacionais	45.338	46.390
	1.163.327	1.313.896
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.067.554	1.232.556
Despesas operacionais gerais e administrativas	95.773	81.340
	1.163.327	1.313.896

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	24.350	33.841	62.339	73.568
Variação monetária sobre debêntures	-	1.215	-	4.745
Variação monetária ativa	627	704	15.839	6.101
Juros sobre mútuo	33.083	10.518	19.186	-
Outras receitas financeiras	26	2	54	318
	58.086	46.280	97.418	84.732
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(69.560)	(61.023)	(194.515)	(149.221)
Juros sobre financiamentos	(2.040)	-	(34.576)	(39.855)
Variação monetária sobre debêntures	(68.929)	(40.596)	(218.877)	(133.590)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(7.387)	(6.393)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.105)	(2.285)	(7.908)	(6.279)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(21.745)	(15.352)
Atual. monetária obrig. sociais	-	-	(8.515)	(3.542)
Outras despesas financeiras	(5.470)	(2.671)	(10.571)	(9.544)
	(149.104)	(106.575)	(504.094)	(363.776)
Resultado financeiro	(91.018)	(60.295)	(406.676)	(279.044)

29. Lucro por ação - controladora e consolidadoa) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	380.997	396.593
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	0,55	0,57

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

29. Lucro por ação - controladora e consolidado--Continuação

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções divulgada na Nota Explicativa 25.f, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

30. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a PLR foi de R\$7.827 (R\$7.831 em 31 de dezembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de capital--Continuação

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Dívida (a)	1.072.999	877.693	3.741.360	2.901.709
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(183.381)	(337.874)	(713.961)	(560.192)
Dívida líquida	889.618	539.819	3.027.399	2.341.517
Patrimônio líquido (b)	840.035	805.177	896.014	807.871
Índice de endividamento líquido	1,06	0,67	3,38	2,90

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 16, 17 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,07% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 16, 17 e 20.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de capital--Continuação

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	28.055	28.055
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	131.390	131.390
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	685.906	685.906
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	54.224	54.224
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	852.353	852.353
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.845.900	2.845.900
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	43.107	44.737

- (i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Gestão de capital--Continuação

a) *Risco de mercado*--Continuação

i) Risco da taxa de juros--Continuação

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$105.115 (R\$88.114 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em milhares de reais)

**31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--
Continuação**Gestão de capital--Continuaçãoc) *Risco de liquidez--Continuação*

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	43.188	41.166	39.163	114.378
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	12.243	7.506	7.408	38.955
BNDES	TJLP + 4,05% a.a.	209.058	-	-	-
BNDES	Cestas de moedas	124.285	-	-	-
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	7.702	7.285	4.052	-
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	18.507	20.458	7.538	-
Nota promissória	CDI + 2,50 a.a.	139.954	-	-	-
Nota promissória	CDI + 2,65% a.a.	34.234	192.896	-	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	119.522	100.634	89.186	-
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	13.251	12.247	146.704	154.895
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	90.384	84.083	104.649	678.212
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	35.437	32.759	36.383	1.041.283
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	16.738	11.190	12.434	369.574
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	64.174	42.913	47.681	2.018.602
Debêntures	CDI + 105,7% a.a.	345.315	-	-	-
Finame	3,0% a.a.	58	57	28	-
Finame	2,50% a.a.	51	50	49	176
Finame	6,00% a.a.	312	297	282	407
Finame	TJLP + 2,99% a.a.	438	158	-	-

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	75.101	56.326	37.551
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(67.650)	(69.769)	(71.838)
Juros sobre notas promissórias (a)	Alta do CDI	(77.023)	(91.628)	(106.087)
Juros empréstimos e financiamentos (e)	Alta da Cestas de Moedas	(5.623)	(7.311)	(8.999)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(195.779)	(201.492)	(207.183)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(23.712)	(23.913)	(24.112)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(3.252)	(4.065)	(4.878)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(87)	(108)	(130)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(298.025)</u>	<u>(341.960)</u>	<u>(385.676)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2015 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,97%	18,71%	22,46%
IGP-M (b)	6,21%	7,76%	9,32%
IPCA (c)	6,89%	8,61%	10,34%
TJLP (d)	7,50%	9,38%	11,25%
Cestas de Moedas (e)	4,08%	5,10%	6,12%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em milhares de reais)

32. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$1.202 milhões
Equipamentos	R\$388 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1.126 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$11.716 milhões
Seguro - sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.762 milhões
"All Risk" - operacionais	R\$3.117 milhões
"All Risk" - obras de manutenção e conservação	R\$199 milhões
Veículos	Tabela FIPE

33. Plano de previdência privada - consolidado

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$3.016 (R\$2.184 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Claudio Costa

Diretor Executivo de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Claudio Costa

Diretor Executivo de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico